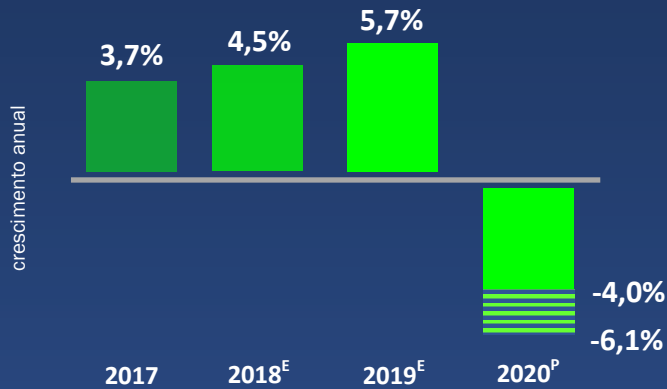


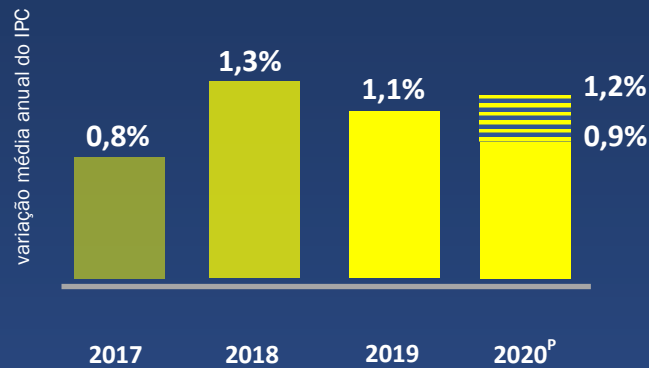
Projeções Macroeconómicas para Cabo Verde

2020

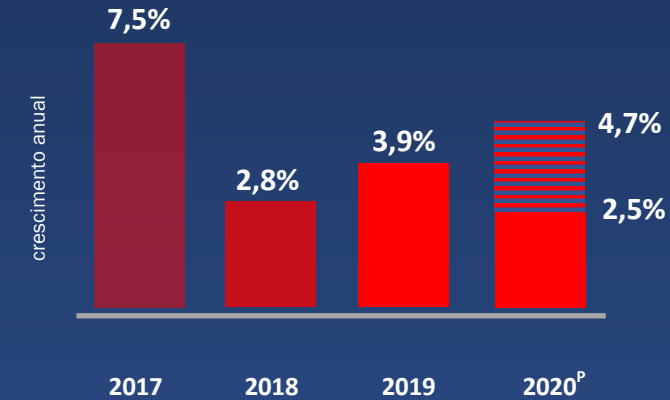
PIB em volume



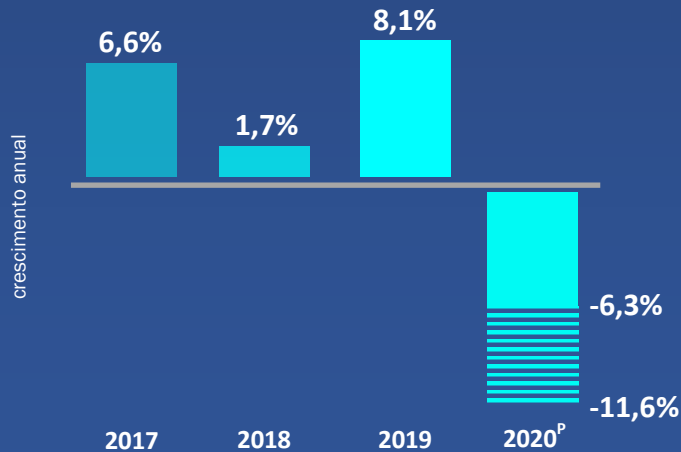
Inflação



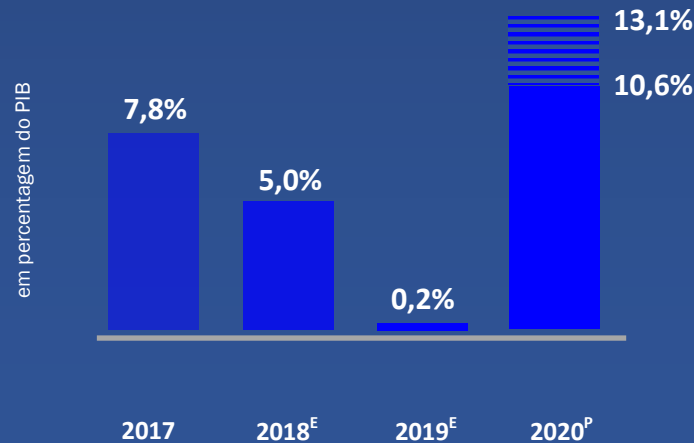
Crédito à Economia (stock)



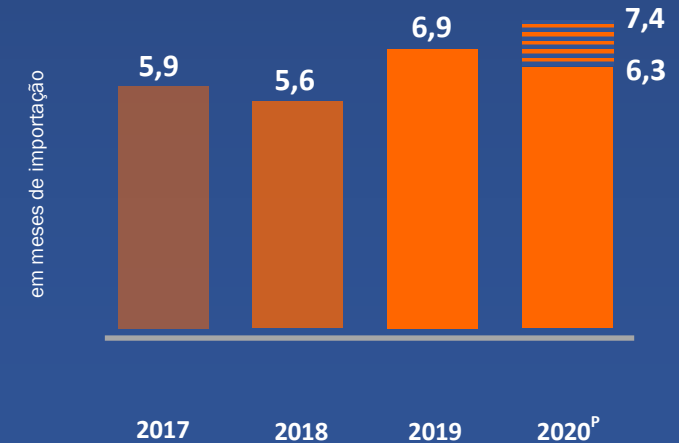
Massa Monetária



Défice da Conta Corrente



Reservas Internacionais



A economia nacional registou um desempenho favorável em 2019. O produto interno bruto (PIB) em volume cresceu 5,7 por cento e a inflação média anual reduziu de 1,3 para 1,1 por cento, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística. As contas externas tiveram um desempenho sem precedentes na história recente do país, tendo o défice da balança corrente caído para os 0,2 por cento do PIB e o *stock* das reservas internacionais líquidas aumentado 133 milhões de euros, passando a financiar 6,9 meses de importações de bens e serviços. O défice das contas públicas, por seu turno, reduziu de 2,7 para 1,8 por cento do PIB, de acordo com o Ministério das Finanças, em resultado do aumento excepcional dos donativos e da contração do investimento público. O aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior, na ordem dos 25 por cento, e o crescimento do crédito à economia, em 3,9 por cento, determinaram, entretanto, a expansão da massa monetária.

O ciclo de crescimento da economia nacional dos últimos anos deverá ser, no entanto, invertido pelos não antecipados e ainda incertos impactos da pandemia de Covid-19. A par das consequências diretas na saúde e no rendimento do trabalho dos afetados, as medidas de contenção da propagação adotadas a nível mundial deverão resultar, à escala global e nacional, num choque simultâneo da oferta (devido à disrupção de cadeias de produção e canais de distribuição) e da procura (que deverá afetar desproporcionalmente os sectores do turismo e dos transportes, bem como os serviços culturais e de lazer).

As medidas sanitárias de contingência, aliadas às medidas orçamentais, monetárias e prudenciais adotadas pelo país, deverão mitigar, em certa medida, o efeito do choque exógeno na economia nacional. O efeito seria ainda atenuado com o controle da propagação do vírus SARS-CoV-2 ainda no decurso do segundo trimestre, com a descoberta de uma terapêutica para a doença nos próximos meses e com alguma restauração da confiança dos agentes económicos no terceiro trimestre, conforme prevê o cenário central das atuais projeções do Banco de Cabo Verde. Neste cenário, a atividade económica poderá contrair 4,0 por cento e a inflação poderá reduzir para 0,9 por cento.

Num cenário adverso, que assume a hipótese de um

atraso na inversão da curva de contágios no ocidente e no país e, com efeito, o adiamento do início da retoma da atividade económica global e nacional, que assume, ainda, alguma probabilidade de obstáculos administrativos e operacionais condicionarem a implementação oportuna das medidas orçamentais e monetárias para mitigação dos efeitos da pandemia na economia nacional, assim como uma maior pressão altista dos preços de bens alimentares e medicamentos, a atividade económica poderá contrair 6,1 por cento e a inflação poderá aumentar para 1,2 por cento.

A economia deverá ressentir-se especialmente da propagação do choque exógeno através da balança de pagamentos. Com efeito, o confinamento da população, decretado quase que universalmente nos maiores mercados turísticos do país, e a interdição de tráfego internacional aéreo e marítimo de passageiros, determinada pelo país mesmo antes da declaração do estado de emergência a nível nacional, deverão resultar numa forte redução das receitas de viagens, de serviços de transportes aéreos internacionais (venda de passagens pela transportadora aérea nacional e receitas da FIR Oceânica do Sal) e das reexportações de víveres e combustíveis nos portos e aeroportos do país.

Entretanto, a par da redução da procura externa e do investimento estrangeiro no país, as restrições impostas ao funcionamento da economia pela declaração de estado de emergência, a interdição de viagens de negócio e lazer de residentes no país ao estrangeiro, bem como a redução dos preços do petróleo nos mercados internacionais deverão contribuir para uma diminuição significativa das importações de bens e serviços, atenuando a queda das exportações líquidas.

A formação bruta de capital deverá ser penalizada pela conjuntura de restrição à laboração enquanto durar o estado de emergência, pelas incertezas face à evolução da pandemia a nível nacional e internacional e pela consequente deterioração do sentimento económico.

O cenário central das projeções internaliza, entretanto, um impacto positivo das medidas orçamentais, monetárias e prudenciais na evolução do consumo intermédio das empresas e final das administrações públicas e famílias.

Do lado da oferta, os contributos negativos dos serviços e da construção, explicam, em larga medida, a contração da atividade económica nacional. De acrescentar que, praticamente

todos os ramos de atividade deverão ser afetados, em maior ou menor magnitude, pelo choque exógeno.

Nas contas externas, o défice da balança corrente deverá aumentar para pelo menos 11 por cento do PIB, em resultado, principalmente da redução esperada das exportações de bens e serviços e das remessas dos emigrantes. Na balança financeira projeta-se uma forte redução dos influxos de investimento direto estrangeiro, em resultado do previsto adiamento e atraso na execução de projetos em vias de arranque e em curso. O *stock* das reservas internacionais líquidas do país deverá reduzir pelo menos para os 576 milhões de euros, mantendo-se, em meses de importações, acima dos seis meses, entretanto, devido à queda projetada das importações. As projeções das contas externas assumem a mobilização de recursos externos por parte do governo, sob a forma de donativos e empréstimos concessionais, para o financiamento de boa parte do *gap* do Orçamento do Estado reprogramado para 2020.

Quanto ao financiamento da economia, internalizando algum impacto das medidas de políticas implementadas para garantir liquidez às empresas, famílias, instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias e administrações públicas municipais, o crédito à economia poderá crescer 4,7 por cento, no cenário central, ou 2,5 por cento, no cenário adverso.

Numa conjuntura em que as expectativas de evolução da inflação e das contas externas, no curto prazo, não sugerem um risco iminente e grave para a estabilidade nominal e para o regime cambial do país, as medidas de política monetária implementadas a 1 de abril, que compreendem a redução das taxas de referência do banco central e do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa para mínimos históricos, assim como a criação de uma facilidade de liquidez aos bancos com maturidade superior a um ano, assumem um carácter excepcionalmente acomodatório. Ciente do aumento dos riscos à estabilidade macrofinanceira do país no curto e médio prazos, decorrentes da pandemia de Covid-19 e das medidas de atenuação do seu efeito, a autoridade monetária e supervisora do sistema financeiro nacional reforça a sua capacidade de monitorização e mitigação atempada dos mesmos.